



*A esquerda na ditadura militar brasileira:
formação discursiva, memória e identidade*

ISRAEL DE SÁ

VANICE SARGENTINI

Universidade Federal de São Carlos

RESUMEN. Durante el periodo de dictadura militar en Brasil (1964-1985), la resistencia al régimen tomó diferentes formas, desde las manifestaciones populares –culturales (música, teatro, cine, literatura, etc.) o políticas (manifestaciones, desfiles, grafitis, cantos, etc.)– hasta la lucha armada. Como parte de la resistencia, la izquierda brasileña se fue constituyendo al mismo tiempo como nueva y fracturada, distanciándose de la tradición anclada en el Partido Comunista de Brasil (PCB) y aproximándose a la tradición de lucha, similar a la de las revoluciones rusa, cubana y china. Siguiendo la línea francesa de Análisis del Discurso y partiendo de los trabajos de Michel Pêcheux y su grupo, en este trabajo proponemos un análisis de los documentos de las organizaciones que formaron la resistencia armada al régimen militar de la época, con el objetivo de comprender la formación de la “nueva izquierda brasileña” y de examinar la producción de una práctica discursiva que refleja la identidad del movimiento de izquierda.

PALABRAS CLAVE: *discurso político, dictadura, resistencia, formación discursiva, memoria, identidad.*

RESUMO. Durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985), a resistência ao regime tomou várias e diferentes formas, passando das manifestações populares –sejam elas culturais (a música, o teatro, o cinema, a literatura etc.) sejam políticas (manifestações, passeatas, pichações, cantos etc.)– à luta armada. Pela resistência, a esquerda brasileira foi se constituindo ao mesmo tempo como nova e fraturada, distanciando-se da tradição brasileira da esquerda ancorada no PCB e aproximando-se da tradição de lutas exemplificadas pelas revoluções Russa, Cubana e Chinesa. Diante disso, propomos aqui uma análise, sustentada pelos trabalhos desenvolvidos pela Análise do discurso de linha francesa, a partir de trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, de documentos de organizações de resistência armada ao regime com o objetivo de compreender a formação dessa “nova esquerda brasileira”, observando aspectos da produção de uma formação discursiva e, mesmo, de uma identidade de esquerda.

PALAVRAS-CHAVE: *discurso político, ditadura, resistência, formação discursiva, memória, identidade.*

ABSTRACT. During the military dictatorship in Brazil (from 1964 to 1985), resistance against the regime took different forms, ranging from popular manifestations –cultural (music, theater, cinema, literature etc.) and politics (manifestations, marches, graffiti, chants etc.)– to armed combat. The Brazilian left-wing constituted itself as Resistance, being new and fractured at the same time, moving away from Brazilian leftist tradi-

tion, rooted in the Brazilian Communist Party (PCB) and approaching the tradition of combats, exemplified by the Russian, Cuban and Chinese revolutions. Within the framework of French Discourse Analysis and the work of Michel Pêcheux, we propose here an analysis of documents produced by the armed resistance organizations, in order to understand the formation of the “new Brazilian left” and to examine their discourse practices in which the identity of the left-wing is reflected.

KEYWORDS: *political discourse, dictatorship, resistance, discursive formation, memory, identity.*

1. *A heterogeneidade perpassa a dicotomia direita/esquerda: questão de identidade*

Uma das dicotomias mais importantes da modernidade e que, mesmo com as dissoluções, liquefações e fragmentações associadas à chamada modernidade tardia (ou, ainda, pós-modernidade e modernidade líquida), nunca deixou de ser problematizada é a de *esquerda e direita*. Segundo Bobbio, “são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habilmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (1995: 31). Contudo, ainda que essa distinção seja sempre retomada em meio a uma discussão política, social, ou mesmo em outros campos devido à carga semântico-ideológica a que os termos são remetidos, observa-se um enfraquecimento da dicotomia a partir da crise da modernidade, que escancara a heterogeneidade do discurso político.

Piovezani Filho (2003) aponta que nos séculos XX e XXI tende-se a conceber a esquerda como herdeira da razão iluminista e da revolução, enquanto a direita como reacionária, ultranacionalista, conservadora e capitalista; “trata-se de uma espécie de avesso, no universo político dos atributos eufóricos e disfóricos atrelados a cada uma dessas noções, visto que amiúde identifica-se a direita a valores positivos e a esquerda a negativos, como, por exemplo, na linguagem religiosa [...]” (2003: 12).

Com a pós-modernidade, as identidades deixam de ser fixas passando a ser um processo em desenvolvimento, que se transforma no decurso da História. Ao problematizar a questão das identidades a partir dos anos 1960, em que algumas premissas da modernidade são superadas, como as ideias de progresso e de racionalidade crítica, também se problematizaram outros conceitos, como os de esquerda e de direita. O mesmo se pode atribuir às questões em torno das ideologias: muito se afirma que elas entraram em crise a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o declínio dos grandes Estados socialistas, porém, o que realmente se vê é a consequente tendência da pós-modernidade. É nesse sentido, na busca por novos paradigmas, que a dicotomia direita/esquerda deixou de ser fixa e se fragmentou em uma múltipla.

Nesse novo universo político, mais complexo, a separação em duas únicas partes torna-se ultrapassada, inadequada.

Em um pluriverso como o das grandes sociedades democráticas, nas quais as partes em jogo são muitas, e têm entre si convergências e divergências que tornam possíveis as mais variadas combinações de umas com as outras, não se pode mais colocar os problemas sob a forma de antítese, de ‘ou–ou’, ou direita ou esquerda, quem não é de direita é de esquerda ou vice-versa (Bobbio, 1995: 35).

Diante disso vê-se o surgimento de outras designações tais como centro, centro-direita, centro-esquerda, etc. É uma linha tênue que se acentua entre a esquerda e a direita, uma vez que a esquerda, segundo Giddens (1996), passou de um radicalismo para um conservadorismo a partir da crise do socialismo no pós-URSS, por isso, hoje, encontra-se comumente na política quem se denomine como pertencente, por exemplo, a um socialismo liberal, daí nota-se que ao invés de um “ou–ou”, tem-se agora um “e–e”.

Ainda que Bobbio (1995) insista na ideia de que a oposição direita/esquerda é excludente na medida em que não é possível ser ao mesmo tempo de esquerda e de direita, é possível observar que seus discursos são constantemente atravessados e abrem, com isso, a possibilidade de convergência em alguns aspectos. Ora, esse movimento se dá mesmo pelas condições de produção de seus discursos.

No Brasil, em processo semelhante ao de grande parte da América do Sul, assolada por grandes ditaduras, a oposição direita/esquerda era evidente e quase exclusiva durante todos os 21 anos de governo militar. Ambientando-se em uma ideia que pode ser sintetizada pela expressão “se não está conosco, está contra nós”, estabelecia-se um ambiente político bipolarizado, em que ou o cidadão era a favor da política estabelecida pelo regime militar, ou era contra e, por isso, deveria lutar pela sua derrubada. Ainda que essa bipartição fosse ilusória e desconsiderasse a inércia de grande parte da população e ainda lutas paralelas, sua propaganda era cara tanto ao governo quanto às organizações de resistência ao regime, na medida em que possibilitava o fortalecimento da repressão por parte de um e dava motivos para a luta armada por parte de outro.

Em meio ao forte controle da mídia que impedia um processo de abertura e globalização e, evidentemente, de reflexividade, a estrutura política fortalecia a dicotomia e abria espaço para um crescimento – e também uma clara fragmentação – da esquerda no Brasil, criando sua própria identidade no seio da luta (armada) contra o regime opressor. Assim, distanciando-se da estrutura inerte e, também conformista, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), inúmeros grupos surgiram no Brasil, o que possibilitou a formação de uma “Nova Esquerda”.

Na contramão de uma política das esquerdas tradicionais que vislumbravam o poder por meio de um enfraquecimento acentuado do capitalismo – uma crise no interior do próprio sistema que possibilitaria a “revolta” do povo e a adesão a políticas comunistas e socialistas –, a nova esquerda propunha, com

suas diferenças de posicionamentos, suas inclinações para determinada teoria socialista ou comunista, a luta, ainda que radical, como forma de acabar com o regime e o sistema opressores, e atingir o “poder” para a constituição de uma política igualitária.

Em meio à grande fragmentação e às inúmeras fissuras encontradas no interior da esquerda do período, e mesmo no interior do que se toma como a “Nova Esquerda”, era possível estabelecer uma identidade única para a esquerda brasileira da época? Antes de indicarmos a possibilidade de uma identidade da esquerda e, se ela realmente existia, como ela foi construída, faz-se necessário compreender as possibilidades de encaminhamento para uma formação discursiva de esquerda.

2. *Uma formação discursiva de esquerda: teoria e análise*

2.1. AS FDS E O PAPEL DA MEMÓRIA

Courtine ([1981] 2009), bem como Robin (1977), propõe que se retome o conceito de formação discursiva (FD) por meio de uma releitura dos trabalhos de Michel Foucault, uma vez que este conceito, em *Análise do discurso*, era até então baseado em famílias de paráfrases discursivas, constituídas a partir de um postulado de coerência interna baseadas sobre a identidade semântica da formação discursiva. Courtine (2009), ao propor, então, uma releitura de Foucault, estabelece as FD no interior da heterogeneidade capaz de abrigar enunciados divididos, possibilitando o surgimento da noção de memória discursiva, que se materializa em enunciados que fazem circular formulações já enunciadas, produzindo um efeito de memória na atualidade de um acontecimento (Sargentini, 2010: 98).

O enunciado se insere em uma série de formulações, dominadas por uma FD e que mantém com outras FD relação de contradição, no fato mesmo em que aparece seja para superá-las, seja para aprofundá-las. Em um primeiro momento, Foucault ([1969] 2007: 95) aponta que o enunciado não é a frase, nem a proposição, nem o *speech act* (os atos de fala); o enunciado são também essas estruturas linguísticas, mas não só elas.

Será preciso admitir que qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para constituir um enunciado, e que cabe à gramática dizer se trata ou não de uma frase; à lógica, definir se ela comporta ou não uma forma proposicional; e à análise, precisar qual é o ato de linguagem que pode atravessá-la? Neste caso, seria necessário admitir que há enunciado desde que existam vários signos justapostos – e, por que não, talvez? – desde que exista um e somente um. O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos.

Neste ponto, é caracterizada a própria natureza semiológica do enunciado. Courtine (2009: 86), retomando o estudo de Foucault de *A arqueologia do saber*,

afirma que “o enunciado caracteriza-se por *quatro propriedades* que delimitam sua ‘função de existência’, a ‘função enunciativa’”, são elas: i) o enunciado está ligado a um referencial; ii) o enunciado mantém com um sujeito uma relação determinada; iii) o enunciado tem um domínio associado (uma área); iv) o enunciado apresenta uma existência material, distinta daquela da enunciação. Como mostra Deleuze (2005: 15), “não há possível nem virtual no domínio dos enunciados; nele tudo é real, e nele toda realidade está manifesta: importa apenas o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, tais brancos”.

É preciso, então, observar que a própria definição de enunciado discursivo, e mais, a compreensão das quatro propriedades que compõem o enunciado são de fundamental importância para o que se toma como formações discursivas definidas assim por Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] (Foucault, 2007: 43).

Em um primeiro momento de aceção deste conceito no campo da Análise do Discurso, Pêcheux, ao lado de Henry e Haroche ([1971] 2007), não assume uma reivindicação dos trabalhos de Foucault, buscando nos estudos marxistas – o materialismo histórico – sua relação com as formações ideológicas¹. Por meio de um princípio de aceitabilidade inerente às FD verifica-se aquilo que pode e deve ser dito (Courtine, 2009).

Em *Vérités de La Palice*, de Pêcheux ([1975] 2009)², nota-se já, mas sem uma identificação nominal, a presença do outro, marcado no discurso (na própria estrutura linguística) e identificado com uma formação discursiva, que nesse momento se dá como homogênea. A ideia de heterogeneidade das formações discursivas aparecerá, de fato, apenas na tese de Courtine, em 1981, por meio da ideia de *enunciado dividido*, clivado por mais de uma formação discursiva.

[...] a sequência dos termos “referir-se” (implicitamente ou não), “repetir”, “modificar”, “adaptar”, “opor-se a”, etc. indica que o enunciado insere-se em uma série de formulações entre as quais algumas são dominadas *pela mesma* FD que aquela que domina a sequência discursiva de onde ele é extraído (são produzidas em CP homogêneas), ao passo que outras, às quais o enunciado deve-se opor, referir-se implicitamente, modificar, etc., podem ser produzidas em CP heterogêneas em relação às suas, *isto é, sob a dominância de uma ou várias outras FD, mantendo relações de contradição* (antagonismo, aliança, ajuda, cobertura, recuperação, etc.) *com a primeira* (Courtine, 2009: 90).

É possível, portanto, observar regularidades (e não homogeneidades) intrínsecas aos enunciados e que se refletem na constituição (e que por elas são constituídas, na relação interdiscursiva) de formações discursivas. Todo enunciado é ao mesmo tempo fruto de uma relação própria a uma determinada FD e assombrado, e muitas vezes atravessado, pelo outro que a ele se opõe. Portanto, um enunciado “dialoga” com enunciados inscritos em uma mesma FD, mas também com enunciados de outras, na medida em que traz consigo a contradição (Foucault, 2007).

Em consequência das reformulações ocorridas no campo da Análise do discurso, Pêcheux, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2003), já explicita as contribuições de Foucault para a formulação do conceito de FD e escancara a heterogeneidade ao mostrar que o discurso é unidade (verificada na estrutura) e também dispersão (que se dá na emergência do acontecimento).

[...] toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados, é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (Pêcheux, 2008: 53).

Na própria relação entre a formulação e o interdiscurso produz-se um efeito de memória que encontra na dispersão – discursos ora produzidos, mas dispersos em busca de novos sentidos – a possibilidade da construção de novos e diferentes sentidos. Na emergência de um enunciado, produz-se o acontecimento que constitui o novo no repetível; no *intradiscurso* (a formulação) encontra-se a possibilidade do dizer (o já-dito e o jamais-dito), que têm nas relações *interdiscursivas* os efeitos de sentido inscritos em determinada FD, constituindo também efeitos de memória. Torna-se interessante, então, destacar que tanto no intradiscurso quanto no interdiscurso há estrutura e acontecimento. Para que isso fique melhor exposto, tomemos brevemente o seguinte exemplo, retirado do *corpus*:

[1] *Comunicado nº 1* (Guerrilha do Araguaia): *O povo unido e armado derrotará seus inimigos* (Vários Autores, 1996: 35).

Se tomarmos em primeiro lugar o nível da formulação (o intradiscurso), notamos um encadeamento sintático que coloca o *povo* no papel de agente, na ação de luta contra seus inimigos, e apresenta, ao mesmo tempo, uma construção linguística simples (oração simples, com sujeito e predicado) que revela uma estrutura (seus encadeamentos: suas escolhas paradigmáticas e arranjos sintagmáticos) e um acontecimento, pois ainda que esse enunciado (essa mesma estrutura linguística) não seja novo, original, ele produz um sentido singular no seu aparecimento, na sua enunciação. Por outro lado, no nível do

interdiscurso, o acontecimento é mais evidente, na medida em que se dá uma escolha enunciativa no interior de uma determinada formação discursiva que aponta um leque daquilo que pode (e deve) ser dito, revelando, também, uma estrutura, na medida em que abre a possibilidade de “escolha”; na história, de alguns enunciados que são retomados, constituindo novos e diferentes sentidos. Tem-se, então, no exemplo, a retomada de um enunciado de “enfrentamento”, de “combate”, próprio dos momentos de conflito, principalmente entre Estado e povo, que nesse momento histórico constitui um efeito de sentido de luta contra a ditadura (e também contra os homens que “sufocam” a população rural: os proprietários de terras, grileiros etc.). Vê-se, portanto, que na escolha de determinados termos (o verbo “derrotar”, que demarca o campo da luta; as adjetivações para povo, “unido” e “armado”, que delimitam um grupo de combate; a designação do adversário, o “inimigo”), os sentidos já se constituem (há, então, na própria formulação, estrutura e acontecimento); e que ao retomar um enunciado próprio do combate, da luta, quase sempre, política, os sentidos se põem de fato na emergência do enunciado em determinado momento histórico, a ditadura militar, evidenciando, também no interdiscurso, a relação entre estrutura e acontecimento.

2.2. UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA DE ESQUERDA: ELEMENTOS PARA UMA IDENTIDADE DA ESQUERDA BRASILEIRA À ÉPOCA DA REPRESSÃO POLÍTICA

Será possível pensar em uma FD de esquerda na medida em que pudermos observar uma articulação entre as funções enunciativas. Se em princípio temos uma fragmentação nos movimentos que tomaram para si a designação “esquerda”, seriam mesmo tão distintos ainda que constituídos na resistência? Ora, se não são, então há convergência de pensamento e, logo, estão calcados numa mesma ideologia? Em princípio, tínhamos em torno de vinte grupos³ que se colocaram a tarefa de combater o regime totalitário: por que uma fragmentação tão grande, se todos se denominavam da “esquerda” (ou, como vimos, ficaram conhecidos como “nova esquerda” brasileira)?

Muitos fatores aparecem como responsáveis pela grande fragmentação dos movimentos de resistência à época, mas sem dúvida um se torna bastante relevante, a clandestinidade desses grupos, que incide em dificuldades de comunicação (Reis Filho e Sá, 2006: 24) e mesmo de divulgação de seus ideais: trata-se, aqui, de uma restrição das formas de circulação dos discursos, seja em um aparato tecnológico (o regime encontrou meios de controlar as ligações telefônicas, o chamado “grampo telefônico”, para a obtenção de informações sobre as ações desses grupos), seja ainda por meio dos comunicados, manifestos, cartas etc., que muitas vezes não chegavam a seus destinatários. Há ainda certa inclinação em relação a determinados modelos revolucionários internacionais, principalmente as revoluções Cubana, de 1959, e Chinesa, amparada por sua revolução cultural, de 1966, além, sem dúvidas, da luta pela libertação nacional

no Vietnã e a própria Revolução Russa (neste caso, em função das políticas repressivas adotadas pelo governo de Stalin, o distanciamento é grande, o que incide em certa inclinação a um modelo revolucionário de viés trotskista).

Porém, ainda que houvesse essa fragmentação, mesmo em relação aos ideais, às aproximações (e distanciamentos) ideológicas, havia certa convergência estabelecida também em relação ao passado, uma vez que quase todas as organizações emergiram de um mesmo lugar, o Partido Comunista Brasileiro, e nasceram de uma crítica efetiva ao processo de revolução defendido pelo PCB, centrado no que chamavam de “revolução burocrática”. Isso aponta para certa convergência entre essas “esquerdas” (diremos no plural?) e a relação com uma mesma FD.

O plural que se verifica na referência à(s) esquerda(s) apresenta a fragmentação da oposição e resistência a um governo que se inclina para uma posição liberal (ora neoliberal) e capitalista e, a partir de 1964, à ditadura militar que se instalara no Brasil, mas o emprego de um único termo, mesmo que nesse plural, já indica, sem que ainda observemos de maneira efetiva, pela análise linguística/discursiva, os discursos apresentados por esses grupos, uma convergência no pensamento e, conseqüentemente, na ideologia e na produção discursiva. Mas outro ponto que não deve ser deixado de lado se não quisermos perder de vista nosso principal objetivo no momento (qual seja, a negociação, e conseqüente construção, de uma identidade da esquerda brasileira do período⁴) é o papel na resistência política assumida por esses grupos, ainda que cada qual estabeleça sua convergência ideológica, objetivando o fim da ditadura militar, e a instalação de um Estado comunista (ou socialista).

Podemos pensar em uma formação discursiva de esquerda, porém, longe de encontrar uma homogeneidade neste campo, pois dentro do que se designa esquerda à época da ditadura militar no Brasil, mesmo com suas inúmeras fraturas, tem-se um cruzamento de “posições ideológicas” verificadas facilmente nos documentos emitidos pelas organizações de resistência ao regime – traços da liquidez a que são submetidos os discursos políticos na contemporaneidade e cada vez mais fragmentados na pós-modernidade.

Consideramos que cabe uma reflexão a cerca de um discurso que se coloca como a “pureza” da esquerda, ancorado em valores de resistência (radicalismo?) a uma política tida como liberal e, posteriormente, capitalista e neoliberal, princípios adotados e ora marcados pela “direita”.

Com o fortalecimento da repressão, os movimentos de resistência perderam o apoio das massas e se deslocaram das manifestações de rua e da mídia para a reclusão da clandestinidade. Com isso, os contradiscursos passam de gêneros populares como a música, o teatro, a literatura e, ainda, os gritos e palavras de ordem de estudantes e operários nas grandes passeatas para, quase exclusivamente, o gênero doutrinário. Nesse momento, retomam-se, ainda que pelo apagamento do passado com o discurso do novo, então, características intrínsecas ao discurso estabelecido pela esquerda e que retorna, frequentemente,

desde o Manifesto do Partido Comunista, de 1848, e fortalecido pela Revolução Russa, de 1917, naquilo que parece de mais puro que há no discurso político de esquerda. Cria-se, com isso, a ideia de um discurso que, no seu interior, dialoga apenas consigo e abre espaços para que outros discursos com ele dialoguem, por ele criem resistência e por meio dele surjam novos e diferentes discursos. Tem-se, então, uma espécie de discurso fundante/fundador (ilusão?), na medida em que rompe com a ordem do discurso e abre possibilidades para o novo, ainda que possa ser constantemente atravessado por outros discursos.

Há nesse sentido, uma tentativa de apagamento de discursos e de distanciamento dos grupos de esquerda do período de ditadura militar no Brasil em relação a uma tradição histórica de esquerda, em especial a brasileira, constituindo o discurso do novo, da novidade, como apontam Reis Filho e Sá (2006: 8):

Apesar de as primeiras [organizações revolucionárias], num processo de afirmação de um perfil próprio, terem postulado a condição de marco zero, pretendendo distanciar-se radicalmente de todo o passado de lutas sociais e políticas, sobretudo encarnadas pelo partido comunista e pelo partido trabalhista (o reformismo e o populismo), o fato é que não deixaram de compartilhar referências teóricas e políticas, premissas e modos de análise e de ações caros aos partidos que desejavam superar.

Isso aponta para uma convergência dentro das fissuras e a possibilidade de constituição de uma única formação discursiva, claramente marcada pela heterogeneidade, pois se por um lado há o discurso da ruptura total, principalmente em relação ao PCB, mas também em relação ao passado de “lutas sociais e políticas”, que cria uma ideia de gênese discursiva (o discurso original); por outro, é possível perceber no interior de seus discursos gestos de continuidade (não linear), de retomada, que são marcados pela luta contra o sistema vigente. É interessante notar que ao voltar para o passado de lutas da esquerda, retomando um discurso próprio da esquerda, mesmo que em alguns momentos isso se faça para negá-los, essa “nova esquerda” inscreve-se num processo de ruptura, marcada pela não fidelidade a tal discurso fundador, principalmente em relação à tradição da esquerda brasileira. Trata-se, como veremos pelas análises que se seguem, de uma descontinuidade no interior da continuidade, o que marca, de fato, a ruptura e a não fidelidade com o passado, estabelecendo o “projeto” do novo: as relações interdiscursivas sugerem uma adesão ao discurso próprio da esquerda, mas pela instauração de novos paradigmas que propiciam a emergência de um acontecimento⁵.

Para estabelecer seu lugar na luta contra o regime ditatorial e opressor, os movimentos de resistência buscavam na ilusória pureza de sua constituição pontos de suporte para a criação de uma identidade para a esquerda brasileira da época. Próprio da dicotomia direita/esquerda, acreditavam na homogeneidade de seu discurso e no afastamento total do *outro*. Isso é rompido, evidentemente, pelo caráter dialógico da linguagem e a natureza heterogênea dos discursos (Brait, 1997). E mais, essa heterogeneidade está também ligada

à ideologia – que se dá na concretude do acontecimento – e à materialização em determinado gênero do discurso. É pela própria interdiscursividade que o novo apaga a origem, se inscreve na ruptura e instaura o acontecimento, muitas vezes refutando o que lhe é próprio e o campo a que se relaciona.

Ainda que o político se volte para outros discursos para se fortalecer, e mesmo adquirir uma ilusória estabilidade, isso não tira sua possibilidade de se constituir como discurso fundador, que dá a possibilidade de que outros discursos se formem a partir dele, que outros discursos busquem nele uma sustentação, por meio do diálogo. Há nele o aspecto da singularidade, o que faz com que outros discursos voltem a ele e se formem a partir dele.

Observemos, agora, alguns exemplos que nos possibilitam verificar o aspecto de condição de um suposto novo discurso da esquerda brasileira, inscrito em uma possível ruptura com os primórdios da esquerda no Brasil, e as convergências que os ligam a uma mesma formação discursiva, mas que também abrem a possibilidade para uma heterogeneidade discursiva e, até mesmo, diferentes FD no interior de uma mesma FD.

- [2] (Ação Libertadora Nacional – ALN)⁶: [...] *a guerrilha revolucionária no Brasil é uma estratégia revolucionária e que seu êxito depende a execução rigorosa de três fases: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha e, por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional* (Reis Filho e Sá, 2006: 272, grifos nossos). / *O caráter revolucionário da nossa organização resulta antes de mais nada do fato de que toda a nossa ação é revolucionária e aspira à tomada do poder pela violência da guerra revolucionária. / Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática* (Reis Filho e Sá, 2006: 276, grifos nossos). / *A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os nossos grandes objetivos, segundo os entendemos na Ação Libertadora Nacional. / Expulsaremos então os estadunidenses do país. Confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaborem com os estadunidenses. Confiscaremos a propriedade latifundiária e levaremos às últimas conseqüências a revolução agrária libertando o campesinato. Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política dos Estados Unidos, tornando-nos independentes da política dos blocos militares, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e em luta contra a colonização* (Reis Filho e Sá, 2006: 281, grifos nossos).
- [3] (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares – VAR-Palmares)⁷: *A guerra revolucionária é um processo armado cujo conteúdo é essencialmente político. As forças em conflito representam interesses sociais, econômicos e políticos conflitantes, encarnando as classes antagônicas da sociedade. Como luta política armada, travada no interior de um mesmo país, a luta armada adquire forma de guerra civil revolucionária, já que, pelo caráter de um de seus blocos, objetiva a conquista do poder político, visando a destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo. Sendo uma guerra contra o sistema capitalista, a guerra revolucionária*

no Brasil deve ser encarada sob o prisma do socialismo, sendo esta sua lei básica. Dirigida pela classe operária, ela está subordinada não ao seu nível de consciência, mas à sua perspectiva estratégica de classe, expressa pela vanguarda (Reis Filho e Sá, 2006: 341, grifos nossos).

- [4] (Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8)⁸: *O processo capitalista reveste em nosso país a forma de capitalismo dependente, integrado no processo imperialista no qual as empresas multinacionais monopolistas constituem o motor e a burguesia estadunidense a vanguarda. / Embora mantendo as contradições com este processo, o conjunto da burguesia de capital brasileiro alia-se ao imperialismo para explorar o povo, mostrando-se incapaz em seu conjunto de dirigir ou de participar de uma luta radical antiimperialista. / [...] destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa. / Reafirmamos o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira [...]. / Mas o proletariado (urbano e rural) não luta só. Não pode vencer só. É indispensável que sua vanguarda consiga mobilizar e organizar todas as outras forças, classes e setores sociais explorados pelo atual regime* (Reis Filho e Sá, 2006: 432-435, grifos nossos).
- [5] (Forças Guerrilheiras do Araguaia –Partido Comunista do Brasil– PCdoB)⁹: *Diante do criminoso ataque das Forças Armadas governamentais, muitos habitantes [...] resolveram não se entregar. Armaram-se com o que puderam e enfrentaram corajosamente o arbitrio e a prepotência do Exército e da polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão para resistir com êxito ao inimigo muito mais numeroso e melhor armado. Afim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, pela liberdade e por uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Tomaram, também, a iniciativa de fundar ampla frente popular para mobilizar e organizar os que almejam o progresso e o bem-estar, os que não se conformam com a fome e a miséria, com o abandono e a opressão. / A União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo e as Forças Guerrilheiras do Araguaia apelam para os moradores da região a fim de que engrossem a resistência à odiosa ditadura militar, aos grandes magnatas, aos grileiros e aos gringos norte-americanos que, no Norte e Nordeste do país, já se apoderaram de imensas extensões de terra e das ricas minas de ferro de Serra do Norte perto de Marabá. A todos conclamam de se estruturar nos comitês ULDP ou em outras formas de organização. Não há outro caminho para o povo senão o de combater valentemente os opressores. Cada lavrador, cada posseiro, cada trabalhador de fazenda ou castanhal, cada injustiçado, cada patriota, deve ajudar, de todos os modos, os que enfrentam sem temor as tropas do governo de traição nacional* (Vários Autores, 1996: 35, grifos nossos).

Observa-se, pelos quatro exemplos acima, um apelo constante à luta radical, pelas armas que instituem a violência – ainda que no caso do comunicado emitido pela Guerrilha do Araguaia não haja uma referência explícita à ação de luta armada, o próprio termo “guerrilha” nos remete à uma prática de luta por meio de armas (Houaiss e Villar, 2001) – e procuram a ascensão

ao poder de um governo revolucionário, que instaure um programa político que privilegie as classes marginalizadas. Há aqui, sem dúvidas, um efeito de retomada de discursos sobre a luta revolucionária que empreendem o aspecto da emergência ao poder por meio da força —exemplos são muitos, sendo alguns que já mencionamos: revoluções Russa e Cubana.

Nos enunciados retirados de documento da ALN (2), vê-se na própria materialidade linguística a ruptura com a tradição da esquerda brasileira inscrita, principalmente, no PCB. A utilização do verbo "eliminar" —em *Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática*— marca, pela negação, um caráter de rompimento com a política adotada pela esquerda até então e promove, com isso, a emergência do novo: se não incorpora um sistema complexo, burocrático e pesado, elementos da esquerda tradicional, é porque pretende uma estrutura política e administrativa simples, com uma espécie de ligação direta entre o comando e os revolucionários, os "combatentes".

Outro aspecto desse rompimento é a própria adesão à luta armada. Como já destacamos, a esquerda brasileira era, até a emergência da ditadura militar no Brasil, marcada por um discurso de conciliação e, até mesmo, de conservadorismo: com o enfraquecimento do Estado pela saturação do sistema capitalista, a classe burguesa entraria em uma luta antiimperialista e, orientada pela vanguarda da esquerda, promoveria modificações na estrutura política que possibilitaria a chegada ao comunismo. Com isso, a esquerda que se autointitula nova toma também a burguesia como inimiga e acredita que apenas pelas armas seria possível chegar à revolução. Nesse aspecto da luta, que marca uma aproximação em relação à resistência, há também um fator de distanciamento: a luta com a participação do povo das classes marginalizadas ou a luta realizada exclusivamente pela própria organização. Se por um lado a ALN apresenta a iniciativa de formação de um governo revolucionário efetivada por meio da luta armada contra o regime, mas com sua participação como vanguarda, e o MR-8 assume o proletariado como a vanguarda na luta contra a ditadura; por outro, a Guerrilha do Araguaia e a VAR-Palmares estabelecem no contato com o povo suas sustentações para a manutenção da luta, ainda que de formas distintas.

É possível, se considerarmos que esses grupos acreditavam ser a ditadura militar um inimigo comum a todos os brasileiros, partir de um seguinte enunciado de base: *A ditadura deve ser combatida à força*. É um enunciado que nos leva a crer em uma formação discursiva própria da esquerda brasileira da época, inscrita na ruptura, mas ao mesmo tempo na retomada de um discurso fundador da esquerda, que destaca um mesmo referente, a ditadura militar, e um mesmo domínio associado, a luta da esquerda pela revolução que levará à constituição e consolidação do socialismo/comunismo. Assim, tem-se: *a ditadura deve ser combatida à força e a ditadura é imperialista e capitalista*.

Por outro lado, a partir desse(s) enunciado(s) de base é possível realizar encaixamentos enunciativos, a partir dos discursos dessas organizações, que nos

levam a verificar e a comprovar a fratura no interior do movimento. Por exemplo:

- [6] *A ditadura deve ser combatida à força pela organização.*
- [7] *A ditadura deve ser combatida à força pelo povo.*
- [8] *A ditadura deve ser combatida à força por todos nós.*

Sendo que o primeiro enunciado nos leva a um outro: *O povo deve seguir a vanguarda (para derrotar o regime opressor)*; e os dois últimos nos leva ao seguinte: *O povo deve combater valentemente o inimigo opressor*.

Como se vê, se é possível pensar uma FD da Nova Esquerda brasileira, que como *a ditadura (militar), que é imperialista e capitalista, deve ser combatida à força, pela luta armada*, há também no interior dessa mesma FD uma heterogeneidade que revela a fratura que existe no interior do movimento de resistência e que mostra que há, portanto, FD diferentes no interior de uma mesma FD. Assim, as estruturas linguísticas comprovam e reafirmam os dados históricos já apresentados pelos historiadores desse período. Todos esses grupos têm como inimigo comum a ditadura e acreditam que a luta armada é o único meio de derrotá-lo; porém, seus discursos variam e se diferenciam em função da forma como essa luta deve ser empreendida.

Vimos, pelos enunciados derivados daquele enunciado de base, e por meio de encaixamentos linguísticos, que uns colocam a vanguarda (a própria organização) liderando o movimento; outros colocam o povo encabeçando a resistência e a organização apenas como representante, uma espécie de mediadora, de suas necessidades. Voltamos, então, aos exemplos que apresentamos para que essas constatações fiquem mais claras.

Uma convergência para uma mesma FD da esquerda (ou dessa Nova Esquerda) se dá, então, como já afirmamos, pelos mesmos referentes e domínio associado. Todos remetem sua luta contra a ditadura militar e suas políticas econômicas. Ainda, um ponto comum é a constante invocação contra o sistema capitalista (neoliberal) instituída por inúmeros ataques aos Estados Unidos, eleito como inimigo da luta revolucionária sob a acusação de financiar os regimes ditatoriais e instituir políticas capitalistas em países periféricos. Têm-se os seguintes enunciados:

- [9] [...] *nossa ação é revolucionária e aspira à tomada do poder pela violência da guerra revolucionária (ALN).*
- [10] *Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política dos Estados Unidos, tornando-nos independentes da política dos blocos militares (ALN).*
- [11] *Guerra revolucionária é um processo armado (VAR-Palmares).*
- [12] *Sendo uma guerra contra o sistema capitalista, a guerra revolucionária no Brasil deve ser encara sob o prisma do socialismo (VAR-Palmares).*
- [13] [...] *destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa (MR-8).*

- [14] *Armaram-se com o que puderam e enfrentaram corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da polícia* (Forças Guerrilheiras do Araguaia).
- [15] [...] *engrossarem a resistência aos grandes magnatas, aos grileiros e aos gringos norte-americanos* (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

Há, então, uma convergência discursiva em dois sentidos: i) a crítica à política adotada pelo governo militar, de fortalecimento da economia capitalista (exploratória), com forte aproximação aos Estados Unidos e à classe burguesa (“magnatas”, “grandes proprietários de terras”, “grileiros”); e ii) o apelo à luta armada como forma de resistência a esse regime ditatorial. A primeira característica é evidenciada por verbos e expressões que indicam exclusão ou agressividade, como em “retirar o Brasil da condição de satélite” (exclusão), “guerra contra o sistema capitalista” (agressividade), “destruir o imperialismo” (agressividade), “resistência aos norte-americanos” (exclusão, mas também agressividade). Mas há a referência constante à luta armada por meio dos seguintes termos e expressões: “violência”, “processo armado”, “guerra”, “armar-se”. Ambos os aspectos os colocam em uma tradição própria da esquerda. Se por um lado é comum e constante o ataque às políticas capitalistas por parte dos movimentos de esquerda, o que insere esses grupos numa tradição histórico-discursiva; por outro, o apelo à luta armada ao mesmo tempo em que os insere numa tradição de lutas (Revoluções Russa, Chinesa e Cubana, entre outras), os distancia de uma tradição da esquerda brasileira, centrada na burocracia do PCB.

Nesses aspectos, tem-se uma convergência para uma única FD de esquerda. Mas, se tomarmos os enunciados que apresentam o modo de condição de luta de cada grupo, as divergências aparecem e evidenciam-se as fraturas. Vejamos alguns deles:

- [16] [...] *três fases [da guerra revolucionária]: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha e, por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional* (ALN).
- [17] *Dirigida pela classe operária ela [a guerra revolucionária] está subordinada [...] à sua perspectiva estratégica de classe, expressa pela vanguarda* (VAR-Palmares).
- [18] *Reafirmamos o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira* (MR-8).
- [19] [...] *os habitantes da região uniram-se para enfrentar o exército e fundaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia* (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

Voltemos, então, aos enunciados derivados daquele enunciado de base: *a ditadura deve ser combatida pela organização / pelo povo / por todos nós*. Os enunciados retirados dos exemplos demonstram claramente essa fratura que evidenciam formações discursivas diferentes no interior de uma formação discursiva da esquerda. A ALN se assume como vanguarda na luta. VAR-Palmares e MR-8 dão esse papel à classe operária, assumindo a importância do *povo* na luta contra a ditadura. Os guerrilheiros do Araguaia procuram assumir um

discurso de homogeneidade (guerrilha é o lugar do povo) que coloca a derrota da ditadura como uma tarefa para *todos nós*.

3. *Algumas considerações...*

Percebe-se, então, pelos discursos e pelos enunciados que apresentamos que há, no interior dessa Nova Esquerda, convergências em relação à luta armada e à constituição de seus inimigos, mas há divergências em relação à forma como a luta será conduzida, em relação à política de cada grupo. O discurso da nova esquerda brasileira, então, se volta para um discurso fundador, dos grandes momentos da esquerda, e até mesmo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ora para com ele dialogar ora para refutá-lo, para se constituir como ruptura. É, portanto, interessante notar que ao se voltar para o anterior, o já posto, as grandes teses da esquerda, em especial a brasileira, não constitui um processo de continuidade, de fidelidade a esse discurso fundador; ao contrário, ainda que tome alguns de seus fundamentos, volta a eles, quase sempre, para negá-los, para mostrar em que medida se estabelece o novo, em que medida é descontinuidade e ruptura. O discurso político é fundador, mas não é fechado em si mesmo, ele está em constante diálogo com os seus, e também com o *outro*, e com isso abre a possibilidade para novos dizeres.

Nesse ponto, observamos aspectos relevantes de uma formação discursiva própria da esquerda. Se encontramos diferenciações em alguns aspectos de cada discurso, fruto da heterogeneidade intrínseca aos discursos, marcada na fratura do movimento, também encontramos, e essa é a predominância, aspectos de convergência, pois, como já vimos, apresentam um mesmo referencial (referente), um mesmo domínio associado (o discurso revolucionário por meio da luta armada) e determinam uma mesma (ou semelhante) posição sujeito, que toma posição na resistência/luta contra a ditadura; além do mais, suas existências materiais são inscritas no gênero doutrinário, próprio do discurso político – antes de sua espetacularização, sobretudo pela mídia, já a partir do processo de abertura política e início da redemocratização.

NOTAS

- 1 Gregolin (2007: 155) mostra que o conceito de FD é o ponto de articulação entre Pêcheux e Foucault na construção de uma análise de discursos; assim, aponta que, “centrados na articulação entre sistematicidade e dispersão, os desenvolvimentos do conceito de FD mostram que a aproximação entre Pêcheux e Foucault se dá na direção de uma idéia cada vez mais forte de heterogeneidade”.
- 2 Tradução brasileira: PÊCHEUX, M. 2009. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- 3 Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (2006) apresentam documentos de dezessete grupos de resistência, clandestinos, ao regime militar, criados entre os anos

de 1961 e 1971, e que os denominam como Nova Esquerda, na medida em que “surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista” (2006: 15).

- 4 Neste trabalho, não procuraremos discutir a formação da identidade da esquerda brasileira, pois demandaria pesquisa e uma análise de documentos e pronunciamentos dos grupos de esquerda ao menos desde de 1922, ano de surgimento do PCB. Procuraremos apenas observar em que medida, neste momento da história brasileira, o fortalecimento de uma resistência ao regime, quase sempre sustentada pela luta armada, contribuía para a construção e também fortalecimento de uma identidade da esquerda e, talvez, de uma identidade brasileira à época.
- 5 Vale observar que o discurso político aparece sempre como uma projeção para o futuro, por isso cria-se sempre a ideia, pelos enunciados, pelo próprio discurso, de ruptura, daí a referência constante ao “novo”. Lembremos, por exemplo, as campanhas à presidência da República para as eleições de 2010 no Brasil, dos dois principais candidatos: Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB); seus slogans de campanha eram, respectivamente, “Para o Brasil continuar mudando” e “O Brasil pode mais”. Nota-se, em ambos os enunciados, a inscrição da mudança, portanto o aparecimento do novo, o que marca a ruptura com uma política frequentemente adotada no país, e traz a esperança de um futuro melhor. Porém, também os dois apresentam marcas de continuidade: o discurso da petista, por sua própria filiação, explícita a continuidade pelo termo “continuar”, que revela proximidade com o governo que findava, que propunha mudanças, daí “continuar mudando”. O discurso do tucano apresenta marcas que evidenciam proximidade na medida em que aceita que o Brasil mudou, mas que “pode mais”. É interessante, então, que ambos os *slogans* produzem efeitos de sentido semelhantes, na construção da ruptura, e de certa filiação às mudanças já ocorridas no Brasil. É esse mesmo processo, veremos nos exemplos mais adiante, que se dá no discurso das organizações armadas. A instauração da ruptura pelo discurso do novo e a projeção de um futuro diferenciado (a esperança) é importante para a consolidação como grupo e a aceitação na sociedade, mas as marcas de continuidade (o contínuo no descontínuo) revelam o pertencimento na história. Essa construção (o novo e a tradição) circunscreve as negociações pelas identidades.
- 6 Documento da ALN, de maio de 1969, intitulado “O papel da ação revolucionária na organização”.
- 7 Documento da organização VAR-Palmares, de setembro de 1969, intitulado “Programa”.
- 8 Documento do MR-8, de abril de 1969 e retomado em janeiro de 1971, intitulado “Linha política e orientação para a prática”.
- 9 Documento da Guerrilha do Araguaia, braço armado no campo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de 25 de maio de 1972, intitulado “Comunicado nº 1”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP.

- BRAIT, B. (1997). Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem, em B. Brait (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*, pp. 91-104. Campinas, SP: Unicamp.
- COURTINE, J.-J. (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCar.
- DELEUZE, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- FOUCAULT, M. (2007). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GIDDENS, A. (1996). *Para além da esquerda e direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora UNESP.
- GREGOLIN, M. R. (2007). Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades, em R. L. Baronas (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*, pp. 155-168. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M. & HENRY, P. (2007). A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso, em R. L. Baronas (org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*, pp. 13-31. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- PÊCHEUX, M. (2008). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (2009). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- PROVEZANI FILHO, C. F. (2003). *Que fim levou a esquerda?: efeitos discursivo-ideológicos no discurso político*. Dissertação de Mestrado em Letras. Araraquara, SP.
- REIS FILHO, D. A. & SÁ, J. F. (1975). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- ROBIN, R. (1977). *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- SARGENTINI, V. (2010). As relações entre a Análise do Discurso e a História, em N. Milanez e N. R. Gaspar (org.) *A (des)ordem do discurso*, pp. 95-102. São Paulo: Contexto.
- VÁRIOS AUTORES (1996). *Documentos do PCDOB. Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

ISRAEL DE SÁ. Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar), membro do Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar (LABOR/UFSCar) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre em Linguística pela mesma instituição, realizou estágio de pesquisa entre os anos de 2012 e 2013 na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, com estudos em História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso. Possui trabalhos e artigos publicados com ênfase no discurso político, observando produções de identidades de resistência e de memórias da ditadura militar

brasileira; a articulação entre discurso, memória e identidade; as discussões em torno da semiologia histórica, tratando das dimensões linguageira, histórica e cultural do discurso.

Correo electrónico: israeldesa@gmail.com

VANICE SARGENTINI. Professora Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e Coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar (*LABOR/UFSCar*). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara com Pós-doutorado (PDE/CNPq) na Sorbonne Nouvelle, Paris 3. Organizadora desde 2006 do Colóquio Internacional de Análise do Discurso (CIAD) no qual são discutidos temas que se articulam a seus interesses de pesquisa: teoria, métodos e objetos da Análise do Discurso; Semiologia, Discurso e história; Contribuições de M. Foucault aos estudos do discurso. Possui publicações na área dos estudos do discurso político, em especial sobre o papel da multimodalidade na produção dos discursos políticos na contemporaneidade.

Correo electrónico: sargentini@uol.com.br